



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA- UNILAB**

INSTITUTO DE HUMANIDADES

CAMPUS DOS PALMARES

BACHARELADO EM HUMANIDADES

DÁRIO DANIEL ARTUR

**INTERVENÇÃO DE ANGOLA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA REGIÃO
DOS GRANDES LAGOS (ÁFRICA) NO ANO DE 2014 À 2016**

ACARAPE

2018

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA- UNILAB**

INSTITUTO DE HUMANIDADES

CAMPUS DOS PALMARES

BACHARELADO EM HUMANIDADES

DÁRIO DANIEL ARTUR

**INTERVENÇÃO DE ANGOLA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA REGIÃO
DOS GRANDES LAGOS (ÁFRICA) NO ANO DE 2014 À 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na universidade da Integração Internacional Da Lusofonia Afro Brasileira-UNILAB como exigência parcial para obtenção de grau em Bacharelado em Humanidades.

Orientador. Dr. Vico Dênis Sousa De Melo

ACARAPE

2018

INTERVENÇÃO DE ANGOLA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS (ÁFRICA) NO ANO DE 2014 À 2016

Projecto de pesquisa apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, Instituto de Humanidade, como requisito parcial para oBtenção do título de Bacharel em Humanidades.

DATA DA APROVAÇÃO:

BANCA EXAMINADORA

Orientador e presidente: Prof.Dr Vico Dênis Sousa De Melo (Orientador)
Universidade de integração internacional Afro-Brasileira

Examinador interno: Prof.Dr Gledson Ribeiro De Oliveira (Examinador)
Universidade de integração internacional Afro-Brasileira

Examinador interno: Prof. Dr Ricardo Ossagô De Carvalho (Examinado)
Universidade de integração internacional Afro-Brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

A produção desse projeto de pesquisa foi um esforço feito com um conjunto de pessoas que gostaria de agradecer nas próximas alíneas, caso algumas não forem citadas fico eternamente grato pela sua contribuição várias as pessoas que contribuíram para a efetividade deste projeto de pesquisa e expresso a minha sincera gratidão.

Em primeiro lugar eu agradeço a Deus, ao meu falecido Pai Augusto João Artur, que desde sempre lutou em proporcionar saúde, educação, habitação e encorajando cada trajetória percurso que tracei durante a minha formação pessoal e acadêmica, não só para mim assim como no restante da família. À minha querida mãe dona Ana Maria Daniel que, mesmo nos momentos mais difíceis, soube manter a esperança que tudo daria certo e acreditar sempre nas minhas qualidades pessoais e acadêmicas.

Ao meu orientador professor Doutor Vico Dênis Sousa De Melo, pelo fato de assumir a responsabilidade de me ajudar a trilhar esse grande desafio e sendo assim a âncora do meu navio, digo que o seu acompanhamento durante o processo da elaboração do projecto de pesquisa foi um dos grandes aprendizados que eu tive na vida, e levarei as críticas, honestidade, paciência, generosidade intelectual e fé do senhor como um grande aprendizado.

Aos meus colegas e amigos por estarem sempre me apoiando na fase acadêmica como na vida, digo graças a Deus por ter amizades que podem construir dentro e fora da academia, amigos esse que contribuíram bastante no que concerne a minha experiência universitária, social que de certa forma ajudaram no ser que hoje me tornei.

De uma forma geral, agradeço a todos que sempre me deram seu apoio na elaboração deste trabalho de conclusão do curso.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. OBJETIVOS.....	08
2.1 OBJETIVO GERAL.....	08
2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO.....	08
3. PROBLEMATIZAÇÃO.....	09
4. JUSTIFICATIVA.....	16
5. REVISÃO TEÓRICA.....	16
5.1 PRINCIPIOS DA INTERVENÇÃO EM ÁFRICA.....	16
5.2 COMUNIDADES AFRICANAS.....	18
5.3 GÊNESE DA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS.....	20
5.4 ORIGEM DOS CONFLITOS DA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS.....	22
6. METODOLOGIA.....	26
7. CRONOGRAMA.....	28
8. REFERÊNCIAS.....	29

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem como objectivo analisar a intervenção de Angola na resolução de conflitos nos grandes lagos (África) no ano de 2014 à 2016, o trabalho terá como compreender como a política externa de Angola tem promovido a estabilidade no continente africano e como o país veem cumprido a responsabilidade de proteger¹, visto que esse conceito é bastante utilizado na área de Relação Internacional.

A garantia dos direitos humanos sempre foi um dos grandes desafios das organizações internacionais e países que se encontram de certa forma estabilizados, que por sua vez intervem em situações de conflito de forma auxiliar os seus vizinhos, esses que por sua vez vivem um contexto de extrema calamidade ou fenômeno que viola os direitos humanos, como exemplo; questões de genocídios, crimes a humanidade e limpeza étnicas. Uma definição possível para o conceito de segurança humana é “a proteção contra riscos severos, vulnerabilidades e mudanças súbitas que coloquem os seres humanos, suas vidas diárias, seus direitos humanos e sua dignidade no centro da atenção”. (ESTRADA-TANCK, 2010, pág. 11)

Baseando-se na ideia de segurança humana e na responsabilidade de proteger, vários são os órgãos internacionais e grandes potências mundiais, que investem bastante recursos (humano ou financeiro), com o objetivo de estabilizar locais que se encontram em conflito. Afirmções concretas podemos ver no protocolo da SADC² sobre a cooperação nas áreas de política, defesa e segurança dos Estados membros, no artigo 2º no ponto dois onde especifica os seus objectivos, na alínea a), afirma “proteger os povos da Região e salvaguardar o desenvolvimento da Região contra a instabilidade, resultante da ausência do estado de direito, de conflitos intra-estatais, de conflitos e de agressão inter-estatais.”

¹O conceito da responsabilidade de proteger (R2P)² foi criado em 2001 pela *International Commission on Intervention and State Sovereignty* (ICISS). No espaço de uma década, o princípio foi além do discurso dos ativistas, tendo sido endossado, em 2005, por todos os Estados Membros da Organização das Nações Unidas.

²

SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), é uma Comunidade Económica Regional composta por 16 Estados Membros; Angola, Botswana, Comores, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué. Fundada em 1992, a SADC está comprometida com a Integração Regional e erradicação da pobreza na África Austral, através do desenvolvimento económico e da garantia de paz e segurança. Disponível em: <https://www.sadc.int/about-sadc/>

Com isso, podemos notar as legitimidades dos Estados membros agirem ou interferirem em zonas vizinhas que vivem em situações de conflitos, tratando-se de países vizinhos e partilhando a mesma comunidade, a SADC. Angola foi chamada a intervir na região dos Grandes Lagos, em África, em 2014, um processo que culminaria com o mandato de dois anos, como podemos notar na primeira conferência internacional da região dos Grandes Lagos em África. O ex-ministro das relações exterior de Angola Cândido Pereira Van-Dúnem declarou no ato da tomada de posse da CIRGL³ que, “relativamente à assumpção dos compromissos no âmbito da CIRGL, tudo será feito para que os conflitos que grassam no continente africano possam ser minimizados e encontrar uma resposta actuante”. (ANGOP , 2014).

Deste modo, torna-se necessário analisar as políticas implementadas pelo governo angolano na resolução dos conflitos existentes naquela região que é vista como um dos fenômenos que mais abala o continente africano.

Para entender a intervenção da Angola na região dos Grandes Lagos tive a necessidade de recorrer ao contexto histórico e político.

Logo, teve a necessidade de elaborar-se os topicos afim de melhor compreensão e serão abordados seguindo os seguintes critérios em análise:Princípios das intervenções em África; Contexto das Comunidades africanas; Gênese da Região dos Grandes Lagos (África); Origens dos conflitos na Região dos Grandes Lagos e a Entrada da Angola na região dos grandes lagos e a sua importância na manutenção da estrutura social na região em contextos (político, econômico e comercial com um olhar no caminho de ferro do Lobito).

Assim sendo, há necessidade de se avaliar e ter melhores respostas sobre os questionamentos postos, conduzindo assim as respostas necessária para a elaboração do objeto de pesquisa. Indagações essas bem aplicadas permite ter uma clarividência de como se dão os processos de intervenções em África e de que forma os países africanos veem ajudado a mediar os problemas dos seus vizinhos.

³ CIRGL em inglês ICGLR (Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos), é uma organização intergovernamental dos países da Região Africana dos Grandes Lago. O seu estabelecimento baseou-se no reconhecimento de que a instabilidade política e os conflitos nesses países têm uma considerável dimensão regional e, portanto, requerem um esforço concertado para promover a paz e o desenvolvimento sustentável, foi criada no ano de 2000, a sua sede é em Bujumbura no Burundi. Disponível em: <http://www.icglr.org/index.php/en/background>

2. OBJECTIVOS

2.1- OBJETIVO GERAL

Objectivo analisar a intervenção de Angola na região dos grandes lagos no ano de 2014 à 2016.

2.2- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Entender a entrada de Angola na região dos grandes lagos.

Analisar a constituição histórica e geográfica dessa região.

Compreender os conflitos existente nesta região.

Analisar de que forma se deu essa intervenção de Angola na resolução de conflitos na região dos grandes lagos(África).

3. PROBLEMATIZAÇÃO

Após os seus fracassos por não conseguir alcançar os seus seus objectivos, a OUA⁴ em 9 de julho de 2002 , foi substituída , dando assim o seu lugar para uma nova organização no continente africanos a U.A⁵. Uma organização com novos desafios, objetivos e princípios basilares. No seu Ato constitutivo em que uns dos seus objectivos no Acto Constitutivo faz alusão, a iniciativa da intervenção. O princípio da intervenção é feita quando o governo da União Africana, no artigo 3º no que diz respeito aos objectivos, em sua alínea f), afirma que é obrigação, dos Estados signatários da União Africana “... promoverem a paz, a segurança e a estabilidade no continente,” (U.A, 2000).

Como notamos o Acto Constitutivo da União Africana aprova a intermediação e intervenção dos Estados Partes, U.A dá liberdade aos seus Estados signatário a possibilidade de intervirem em situações de conflitos nos países vizinhos, ou pertencente a mesma organização.

Oppenheim (1997) e Walzer (1997), mostram como e quando as comunidades Internacionais e as grandes potências devem intervir em situações de crise, em determinado território. Em primeiro lugar, o não intervencionismo absoluto afirma que o uso da força, mesmo para fins humanitários somente se justifica como reação a uma agressão sofrida, ou seja, como instrumento de defesa, como pode observar nos moldes do artigo 51 da Carta da ONU, ou nas situações de ameaça à paz e à segurança internacionais previstas no capítulo VII desta Carta . Walze (1997), defende que uma intervenção humanitária deve ser realizada nos casos de violações extremas de direitos humanos, como na ocorrência de genocídios do Ruanda.

Mas a grande questão é que existe uma dualidade no que diz respeito ao intervencionismo, onde podemos encontrar os seus prós, que defendem o princípio da não intervenção, críticos que vêm de alguma forma desaprovando tais ações, como por exemplo o Hedley Bull (1995), um realista, ou verdadeiro ceticismo, defensor do princípio da não ingerência, que continuamente

⁴ O.U.A Coube ao chefe de Estados líbio, Mouamar Kadhafi, precipitar a decisão que visava substituir a OUA por uma organização mais ambiciosa e mais eficaz, a União Africana. Essa decisão foi tomada durante a cúpula extraordinária reunida por sua iniciativa em Syrte (setembro de 1999) (M'BOKOLO, 2015, p.707).

⁵ U.A adotado em Lomé em julho de 2000, o Ato Constitutivo entrou em vigor em maio de 2001 e a União Africana foi solenemente lançada em Durban em julho de 2002(M'BOKOLO, 2015, p. 707-708).

vinha demonstrando os seus descontentamento pelas intervenções feitas em zonas de conflitos, alegando que tal comportamento tende agravar ainda mais o quadro de crise daquele território geográfico, e que de alguma forma à um certo interesse de alguns Estado quando se trata da questão da intervenção.

De acordo com os realistas, os países, na prática, não se comportam dessa forma – podem até respeitar tais regras, mas somente motivados por interesse próprio. Quando há um conflito entre as obrigações internacionais e os interesses nacionais, estes últimos sempre vencem, porque a preocupação fundamental dos Estados é sempre com a própria vantagem e, acima de tudo, com a sua segurança e sobrevivência- isso, sim, é o que orienta a política externa. (JACKSON; SORENSEN 2013 p. 213 apud BULL 1995, p. 13)

Caso mas concreto foram as intervenções na Líbia e no Iraque. “No caso da Líbia muitos críticos afirmam que existia interesses ocidentais nesta ação, o que é denominado intervenção seletiva” (SHAH, 2011). De acordo com Noam Chomsky (2011), “esses interesses geopolíticos em relação a reservas de petróleo encontradas na Líbia são uma das principais razões da ingerência ocidental no país”.

As afirmações proferidas por Bull (1995), Shah (2011) e Chomsky (2011), trazem-nos a necessidade de indagar se as intervenções feitas por Angola na região dos Grandes Lagos, também não estavam de uma forma ligados aos interesses das superpotências mundiais, pós o histórico do país esta atrelado a sucessivos casos de guerras, onde estiveram presente as superpotências mundiais, com forme nos mostram Bauer (2005) e Taylor (2005).

BAUER (2005) e Taylor (2005) os mostra bem como Angola⁶, é uma nação cuja a narrativa da sua história está atrelado a conflitos, desde os étnicos (kongo, mbundu e ovimbundu)⁷ frutos das suas indiferenças, a luta da independência que teve o início em 04 de fevereiro de 1961 e veio ter a sua conquista em 11 de Novembro de 1975 e a guerra civil em 1988 até não ano de 2002, onde o país foi palco de uma disputa ideológicas das grandes

⁶ Angola: Um país possui reservas significativas de petróleo, gás, diamantes e água. Seu clima e relevo possibilita grande fertilidade agrícola, representada na produção café.

⁷kongo, mbundu e ovimbundu: A diferenciação étnica foi incrementada durante a colonização, resultando em três grupos principais. Os kongo compartilhavam a ancestralidade do reino do Kongo e habitavam a fronteira com o Zaire (inclusive adotaram amplamente o uso do francês). Os mbundu tiveram maior interação com os portugueses e assimilação cultural. Eram associados a populações mestiças urbanas modernizadas e ocidentalizadas. Já os ovimbundu eram originários dos planaltos centrais da onde foram removidos para servirem de mão-de-obra em plantações de café no norte, o que incrementou o potencial de conflito com os outros grupos. Como a socialização era fundamentada nesses laços, a identidade e a mobilização políticas tiveram grande conexão com essas divisões. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), criado em 1956, teve base de apoio nos mbundu (20% da população, predominante no entorno da capital); o Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), surgido em 1962, era vinculado à população kongo predominante no norte); e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), baseou-se no suporte da população ovimbundu (40% da população, predomina no centro-sul) (BAUER ;TAYLOR 2005, pág. 145).

potências mundiais naquela altura. Os Estados Unidos e a Ex-União Soviética, tinham como objetivo reafirmar a suas hegemonias no território angolano, atendendo a sua posição geográfica e os recursos naturais que o país possui. Angola foi vista como o território de extrema relevância na geopolítica global e regional, deste modo foram esses os motivos que levaram a ingerência dessas potências ao país. Essa intervenção terminou culminando com o fim da guerra civil em 04 de Abril de 2002, conhecido como a data da reconciliação nacional.

Com o fim do conflitos , em 2002, a diplomacia angolana tem buscado sua inserção regional e ampliação dos aliados internacionais. O novo quadro político angolano proporcionou condições para uma política externa mais pragmática do que a anterior, pois o governo vê como prioridade o desenvolvimento das infraestruturas do país baseando em busca de parceiros externo sem opções excludentes. (VISENTINI 2012, p. 209).

Por tanto surge a necessidade de levantamos alguns questionamentos, tcom a finalidade de aprofundar o nosso estudo, para melhor análise e compreensão de como se deu esse processo de intervenção, trazendo algumas indagações, tais como:

Durante o seu mandato, Angola conseguiu estabilizar um determinado tipo de conflito na Região dos Grandes Lagos?

Quando se deu o final da guerra civil em Angola, qual das ideologias permaneceram e até que ponto essas ideologias são capazes de intervirem nas políticas internas e externas de Angola, tendo em conta os seus interesses?

A necessidade de nos questionarmos sobre essa dualidade do intervencionismo, visto que por sua vez ela pode estar atrelado a uma forma de coerção que um Estado impõe, a fim de justificar a sua soberania. A pesquisa procura refletir em um contexto geral do porquê das práticas de intervenção, sabendo que a mesma pode causar ou piorar a instabilidade de um Estado e também pretende analisar em um campo específico, como é o caso da intervenção de Angola na Região dos grandes Lagos.

4. JUSTIFICATIVA

O interesse em elaborar uma pesquisa do gênero, está em saber como as comunidades e os Estados africanos veem resolvendo os seus problemas, essa a pesquisa dará uma contribuição não só nos países que compõem essa região dos Grandes Lagos ou ao Estado angolano, mas também será de proveito para todas sociedades africanas e comunidades acadêmicas que se interessam pela problemática das intervenções.

A manutenção da paz e segurança resultado das intervenções internas e externas é um assunto que vem merecendo bastante atenção nas organizações mundiais e causando diversos debates nas ciências humanas, com maior especificidade na área de relações internacionais, os órgãos de direitos humanos em conjunto com as organizações internacionais vêm estudando meios para poderem garantir o respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O incumprimento da mesma declaração por sua vez coloca em risco a segurança humana e com objectivo de evitar mãos maiores as organizações internacionais, tais como; Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), União Europeia (E.U), União Africana (U.A), Organização das Nações Unidas (ONU), entre outras instituições têm se responsabilizado em criar esforço para garantir segurança e paz humanitárias⁸ nas suas regiões e a nível internacional.

Onde quer que ocorra uma ameaça à democracia e aos direitos humanos, a comunidade internacional pode e deve contribuir contra isso...Tais medidas, hoje, não são consideradas mais interferência nas questões internas, mas assistência e cooperação para garantir, em toda parte, de um “regime melhor” para vida desse povo- coincide com os compromissos de direitos humanos de cada Estado sob a Carta da ONU, os acordos internacionais e outros instrumentos relevantes (WELLER,1993 apud JACKSON; SORENSEN 2013, p. 213)

Os Estados têm o dever de resolverem os problemas externos, ou seja os políticos devem criar meios para que seus países possam resolver problemas internacionais, com o intuito de garantirem segurança e paz. Como nos mostram Jackson(2013) ; (Sorensen 2013) que,

De acordo com essa concepção, os políticos têm obrigações externas originadas da participação de seus Estados na sociedade internacional, na qual direitos e obrigações definidos pelo direito internacional desempenham papel fundamental. Esse padrão interestatal de avaliar as políticas externas dá origem aos preceitos grotianos: ser um

⁸ Conceito de segurança humana “ é a proteção contra riscos severos, vulnerabilidades e mudanças súbitas que coloquem os seres humanos, suas vidas diárias, seus direitos humanos e sua dignidade no centro da atenção” (Estrada-Tanck, 2010, pág. 11).

bom cidadão da sociedade internacional; reconhecer que outros Estados têm direitos e interesses legítimos dignos de respeito; agir com boas intenções; cumprir o direito internacional; e respeitar as leis de guerra”. (JACKSON ; SORESEN 2013, p. 212)

Os Estados e as organizações africanas, tais como a S.A.D.C, U.A, C.E.D.E.A.O⁹ e U.M.A¹⁰, que apresentam-se como maiores organizações do continente africano, vem criando meios para garantir segurança e estabilização, a nível regional e do continente. Os objetivos dessas organizações sempre tiveram em pauta a questão da segurança humana.

As organizações vêm trabalhando com os seus Estados signatários, a fim de resolverem os problemas existentes em cada região africana. Angola, com o apoio da União Africana, da União Europeia e das Organização das Nações Unidas, o país foi chamado a presidir a Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos em África, em que seu primeiro mandato teve o início no ano de 2014. A convocação de Angola deu-se devido êxito na resolução dos seus conflitos internos, e de acordo com ex-ministro de relações exterior Cândido Pereira Van-Dúnem declarou que “ a experiência de Angola que propiciou os caminhos mais apropriados para a solução do conflito interno e alcançar a paz, rumo a uma democracia crescente, poderá ser transmitida aos outros parceiros da organização sub-regional”.(ANGOP, 2014)

Angola chega a exercer uma papel importante em África e na arena internacional, sendo incumbida a responsabilidade de poder intervir na Região dos grandes Lagos, com o objectivo de manutenção a paz e a resolução dos conflitos existente naquele território, em que o cargo seria tão importante para o país, visto que ganharia confiança a nível continental bem como a nível internacional, alavancando assim a sua política externa.

Anos depois de terminar o seu mandato na presidência da Conferência da Região dos Grandes Lagos em África, o governo angolano fez o balanço, sobre o serviço que prestou enquanto presidiu a Conferência, onde a sua excelência João Manuel Gonçalves Lourenço

⁹ C.E.D.E.A.O (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), criada em maio 1975 pelo Tratado de Lagos, é uma organização de 15 países cujo mandato é promover a integração económica em todas as áreas de atividades dos Estados-membros. Disponível em: <http://www.ecowas.int/sobre-cedeaoinformacao-basica/?lang=pt-pt>

¹⁰ UMA (União Magreb Árabe), um bloco de integração econômica e comercial criado em 17 de fevereiro de 1989 -, estariam entre as maiores economias do Oriente Médio. Disponível em: <https://observatoriodafrica.wordpress.com/2017/08/08/uniao-magreb-arabe-tem-comprometido-seu-crescimento/>

discursou no dia 19 de Outubro de 2017, no Congo Democrático, aquela que foi a sua primeira declaração no estrangeiro, após ter sido empossado como Chefe do Estado ou presidente República de Angola, o mesmo apresentou o relatório sobre a intervenção de Angola naquela região , mostrando o quadro que se vive actualmente naquela parte de África, no seu discurso ele proferiu as seguintes frases:

Ainda que a situação não esteja totalmente normalizada registraram-se progressos substanciais que levaram ao estabelecimento de um diálogo nacional entre o Governo, os partidos da oposição e outras forças da sociedade civil, no sentido de se criar um clima propício para a realização de eleições em tempo oportuno. (DW, 2017)

O balanço apresentado pelo atual presidente da República de Angola, nos remete a uma sensação de que o país não conseguiu alcançar alguns dos seus objetivos nomeadamente de conseguir a estabilidade, segurança e paz na Região dos Grandes Lagos em África. Sabendo dos mais variados esforços que a Angola investiu para poder estabilizar aquela região, infelizmente o estado continua o mesmo, cada vez mais se intensificam os conflitos naquela parcela africana. A situação apresentada não foi de alguma forma satisfatória, por essa razão a necessidade de se fazer um estudo com objetivo de apresentar de forma clara quais foram as verdadeiras contribuições de Angola durante o seu processo de Intervenção na região dos grandes lagos no de 2014 a 2016.

5. REVISÃO TEÓRICA

Podemos encontrar uma variedade de obras bibliográficas que possam nos auxiliar nos estudos ou nas nossas pesquisas, um tema cujo mesmo apresenta problemáticas debatidas nas áreas das ciências humanas, tais como, Sociologia, Geografia, com maior especificidade na área de Relações Internacionais e na História. Onde podemos encontrar uma abrangência em termos de matérias para se trabalhar as questões de intervenções, conflitos, política externa e segurança. Podemos encontrar tais conteúdos em formas de artigos, relatórios de Estados ou Comunidades internacionais ou locais, sendo assim podemos iniciar analisando a gênese dos grandes lagos em África, as comunidades africanas, o envolvimento de Angola dentro desse espaço, entender o que é uma intervenção, quais são os tipos de intervenções e como elas são aplicadas interna ou externamente, facilitando assim a expansão do nosso tema.

5.1- Principios das Intervenções em África

Existem variedades de estudos que se refere às questões das intervenções em África, o ela começou com o processo da colonização, um regime que durou mais de 500 anos, tempo necessário para que o continente fosse saqueado a nível de recursos humanos e de recursos naturais, deixando assim aquela velha e falsa imagem que a colonização tinha como objectivo a troca cultural e moral, como nos mostra muito bem Albert Memmi (2007),

Os motivos econômicos da empreitada colonial já foram esclarecidos por todos os historiadores da colonização, ninguém mais acredita na missão cultural e moral, mesmo original, do colonizador. Atualmente, em todo caso, a partida rumo à colônia não é a escolha de luta incerta, buscada precisamente por seus perigos, não é a tentação de aventura, mas a da facilidade. (MEMMI,2007, p. 37)

Como mostra Memmi (2007), a ideia da ida para o continente nunca foi por motivos de solidariedade ou de partilha cultural, mas sim uma intervenção, feitas pelo europeus com o objectivo de aquisição de riqueza de uma forma facilitada, deixando diversas sequelas, que podemos sentir nos dias contemporâneo nas marcas deixadas pela práticas da escravaturas. Fruto desses maus tratos do processo colonial originou a revolta de diversos países que começaram a criar movimento de lutas de libertação.

Após a 2ª guerra mundial nos anos de 1960, vários países começaram a conquistar as suas independências, resultado de vários processos de muitas lutas, quando o Ocidente percebeu que a possibilidade da independência seria uma certeza, os mesmos tiveram a

necessidade de repensar as suas estratégias, dessa forma começaram a apoiar os movimentos de lutas de libertação, a fim de garantirem o seu poder hegemônico e controle da antiga colônia.

É na parte austral da África onde podemos notar a maior presença dessas intervenções por parte do Ocidente, onde os dois pólos (Estados Unidos e Antiga União Soviética) começaram a fomentar e financiar as guerras dentro do continente, um conflito bipolar que ficou conhecido como Guerra Fria¹¹, uma disputa geopolítica, onde existia interesse desses Estados em espalhar as suas ideologias a fim de perpetuar o seu poder hegemônico dos Estados africanos.

No contexto da África Austral, associado ao choque de ideologias – que ultrapassou a mera diferença entre o projeto soviético e o projeto ocidental, como se discutirá adiante – estavam igualmente em confronto vários projetos imperiais (GLEIJESES, 2002, apud MENESES; MARTINS, 2013, p. 17).

Como vimos essas ideologias tiveram que entrar em choques para poderem afirmar seus poderes hegemônicos em cada território africano, com o objectivo de estabelecer a sua supremacia entre si, esses países não pouparão esforços, e financiaram a maior parte das guerras no continente africano, dividindo irmãos que lutavam antes pelas mesmas causas, financiando grupos de conflitos armados ou rebeldes, agindo assim de forma indireta nas diversas guerras do continente, uma guerra em que eles não poderiam enfrentar de forma direta, assim como nos esclarece Aron que,

A União Soviética e os Estados Unidos não correm o mesmo risco de serem arrastados à guerra pelas disputas de seus aliados ou satélites, como acontecia com Esparta e Atenas. Os meios de destruição que possuem os dois protagonistas de hoje alteram, talvez, a essência da competição diplomático-estratégica (ARON, 2002, p. 219).

Coube apenas as essas potências financiarem os conflitos armados na região da África Austral, esse financiamento acontece das mais diferentes tipos de materiais bélicos, desde soldados, alimentação e capitais financeiros, isto para apoiar e colocar no poder o movimento que compartilha-se com as suas ideologias, começando assim um o neo colonialismo em África, onde as potências continuam a dominar a política e a economia dos Estados africanos, no entanto o processo é feito de uma forma indireta. Privando os estados de total liberdade política, como afirmam Meneses (2013) e Martins (2013), vão nos mostra que esses acordos assinados

¹¹ Para muitos, a Guerra Fria é vista como um sistema de manutenção de paz entre dois blocos mundiais, conduzidos pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Vista desta perspectiva, a história produzida revela-se prenhe de silêncios, como acontece em relação ao Terceiro Mundo. Uma leitura superficial da Guerra Fria, como Tony Judt (2010: 378) aponta, não só invisibiliza a maior parte do mundo, como centra este confronto na luta de dois únicos projetos políticos.(MENESES;MARTINS 2013, p.15)

provam que as independências políticas não coincidiram com o processo de emancipação política das maiorias africanas”. Essa falta de emancipação política que podemos notar em diversos Estados africanos, muitos ainda dependentes dos países ocidental.

5.2- Comunidades Africanas

A manutenção da paz e segurança é um assunto que vem merecendo muita atenção nas Organizações mundiais, sendo assim uns dos grandes propósitos das maiores organizações internacionais, tais como; Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), União Europeia (E.U), União Africana (U.A), Organização das Nações Unidas (ONU), entre outros, estas instituições têm se responsabilizado em criar esforço para segurança e paz humanitária, nas suas regiões e a nível internacional.

Após a independência dos países africanos, houve a necessidade de criar organizações governamentais e não governamentais, com objetivo de desenvolver o continente e proporcionar o bem estar da população civil, paz e segurança. É importante frisar que a segurança é interpretada como conjuntos de medidas, principalmente de carácter militar, políticos, económicas, sociais e culturais, que permitem reforçar as potencialidades de uma entidade e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-las aptas a enfrentar todo tipo de ameaças diretas ou indiretamente, conforme nos ilustra M´bokolo.

Continuando preocupados com as questões relativas à segurança, faziam suas as imagens então em voga sobre a marginalização da África e comprometiam-se a trabalhar em conjunto com vista à rápida resolução de todos os conflitos que o continente conhece, dando à OUA os meios adequados para reduzir as tensões e resolver os conflitos existentes em África, com o objectivo último de criar as condições de paz, de estabilidade e de justiça social que são imprescindíveis para garantir o desenvolvimento económico e social dos povos africanos. (M´BOKOLO, 2015, p. 707)

As organizações como OUA que foi substituída pela União Africana (U.A), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade da África Oriental (C.A.O)¹², Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), União do

¹² Comunidade da África Oriental (EAC) é uma organização intergovernamental regional de 6 Estados Parceiros: as Repúblicas do Burundi, Quênia, Ruanda, Sudão do Sul, República Unida da Tanzânia e República de Uganda, com sede em Arusha, Tanzânia. O trabalho da EAC é guiado pelo seu Tratado que estabeleceu a Comunidade. Foi

Magrebe Árabe (U.M.A), assim como outras organizações vêm cumprindo as mesma ideia de desenvolvimento do continente em todas as esferas.

Países signatário dos diferentes tipos de organizações devem fazer cumprir papéis que as mesmas os impõem, como é o caso dos Estados membros da União Africana (U.A 2002) chamada anteriormente de Organização da Unidade Africana, para resolverem os seus próprios problemas, como conflitos armados, luta contra fome, combate ao terrorismo e os membros das organizações têm viabilizados meios, para que consigam a estabilidade política. A mesma deve ser feita por via pacífica respeitando os direitos humanos de acordo com a Carta das Nações Unidas, como nos mostra o M'bokolo.

Embora o projeto inicial do seu promotor- a criação dos Estados Unidos da África, congregando os 53 Estados existentes- tenham sido consideravelmente alterado o advento da União Africana consagrou uma nova abordagem dos problemas da integração [...] Especial atenção era dada aos conflitos: segundo ao Ato Constitutivo, “o flagelo dos conflitos constituiu um obstáculo fundamental ao desenvolvimento sócio-econômico do continente”; é necessário “promover a paz, a segurança e a estabilidade, como condições prévias execução da nossa agenda no domínio do desenvolvimento e da integração”.(M'BOKOLO, 2015, p.708)

5.3- Gênese da Região dos Grandes Lagos

Claramente que o continente africano já tinha as suas divisões geográfica compostas por reinos que eram administradas por cada Rei, que em cada comunidade étnica reconheciam os limites geográficos e culturais um do outro, dessa forma acabando por evitar diferentes tipos de conflitos. A chegada dos impérios coloniais acabou por desestruturar o continente causando assim conflitos em diferentes partes do continente. Essa fragmentação marginal do continente originou de um processo que foi denominado como Conferência de Berlim em 1884, evento esse que veio eliminar com o mapa já existente, criando assim um novo, que por sua vez os resultados desse processo foi a extinção dos limites das fronteiras, reinos riquíssimos e um povo que vivia de acordo a sua filosofia. Como nos esclarece M'bokolo(2015), que coube ao

assinado em 30 de novembro de 1999 e entrou em vigor em 7 de julho de 2000, após sua ratificação pelos três Estados Parceiros originais - Quênia, Tanzânia e Uganda. Disponível em: <https://www.eac.int/overview-of-eac>

chanceler prussiano Otto von Bismarck realizar a conferência que iria criar espaço para negociações diplomáticas a fim de organizar os interesses de cada país.

A iniciativa da Conferência coube a Bismarck, o qual, perante a vaga de protesto suscitada pelo acordo luso-britânico de 26 de fevereiro de 1884, quis confirmar a sua imagem como árbitro das relações internacionais na Europa, sem deixar acalentar o sonho de desviar a França da Alsácia-Lorena, encorajando as suas iniciativas ultramarinas (M'BOKOLO, 2015, p. 359).

A convocação da Conferência de Berlim, realizada por Bismarck, não trouxe apenas grandes consequências aos países africanos, mas também entre os europeus notou-se um clima de rivalidade entre as grandes nações, visto que o continente encontrava em véspera daquilo que seria a primeira guerra mundial, países como, a França mostraram-se não muito satisfeitos com a Alemanha, por ter realizado a Conferência, como mostra Henri Brunschwig.

Discutiu-se muito sobre as razões que incitaram Bismarck a praticar uma política colonialista. Ele poderia, com efeito, realizar seus projetos de política exterior, colaborar com a França e presidir a conferência de Berlim sem, previamente obter para a Alemanha direitos de soberania na África. Nada em sua atividade passada o havia orientado para a expansão colonial (BRUNSCHWIG, 2015, p. 37).

Essa divisão deu a origem a vários territórios que antes faziam parte dos mesmos reinos, vários são os povos que foram separados e como grande consequência foram postas comunidades rivais em um único território causando assim males maiores. O que na verdade aconteceu foi a falta de preocupação dos exploradores em não respeitar as diferenças geográficas, históricas e humanas, limitando as populações de continuarem com as suas próprias identidades culturais, que para o colono era visto uma ideologia perigosa e que colocaria os seus planos de colonização em risco. Como declara Cabral (2011).

Quando Goebbels, o cérebro da propaganda nazi, ouvia falar de cultura, empunhava a pistola. Isso demonstra que os nazis - que foram e são a expressão mais trágica do imperialismo e da sede de domínio - mesmo sendo todos tratados como Hitler, tinham uma clara noção do valor da cultura como factor de resistência ao domínio estrangeiro (CABRAL, 2011, p. 357).

Esse esforço aplicado no regime colonial no que diz respeito a separação cultural de certa forma influenciou na fragmentação territorial, como consequência foram formados territórios, que nos dias de hoje brigam pelas fronteiras mal delineadas, fruto de uma má herança deixada pelos impérios coloniais, por este motivo, grande parte dos países africanos pertencem às mais diversas regiões, como é o caso da região dos grandes lagos (África-Central), que surgiu dessa herança da divisão não desejada.

as terras altas situadas entre os grandes lagos da África Oriental também experimentaram em condições especiais o processo de formação de grandes Estados a partir de um núcleo mais ou menos antigos à ideologia oficial da realeza, embora a acumulação de conquistas territoriais tenha imposto às equipas dirigentes numerosas inovações políticas (M'BOKOLO 2015, p. 359)

Van-dúnem (2009) diz que a origem do seu nome do território (Grandes Lagos), deu-se pelo fato de pertencer em uma área composta por uma grande demanda de Lagos. Os respectivos Lagos são: Lago Tanganica (32. 900 km²/ 1 433m); Lago Vitória (68. 100 km²/ 82 m); Lago Malawi (30. 900 km²/ 706m); Lago Turkana (6.404 km²/109m); Lago Albert (5. 270 km²/ 51m); lago Eduardo (2. 150 km²/117m); Lago Kivu (2, 700 km²/ 485m); Lago Kioga(1,720 km²/ 5,7m).

Van-dúnem (2009) reitera que o território é formada por diversos números de comunidades étnico/linguístico, que pertencem os seguintes países: Burundi, Malawi, Moçambique, Quênia, República Democrática do Congo, Ruanda, Tanzânia, Uganda e a Zâmbia, se for para fazermos um recorte no que diz respeito a contextos de conflitos dentro da região, essa situação apenas abrange alguns países membros dos grandes lagos.

5.4- Origem dos conflitos na região dos Grandes Lagos África

Para entendermos os conflitos presente nesta região a necessidade de se fazer uma abordagem histórica, tanto no contexto local ou internacional. As influências externas que tiveram o início no processo de unificação da África, no que diz respeito a cultura, étnica, geográfica e história, criada pelos antigos impérios sobre as suas ex-colônias, fruto de um interesse econômico, configura um dos motivos de conflitos nessa região durante a sua história. A lógica da divisão para conquistar, que são implementadas até nos dias de hoje, tais como: as diferenças de altura, cabelo, cor da pele, idiomas, entre outras práticas e política implantada para poder causar atritos entre os nativos.

A vontade de explorar o continente africano era tanto, que as potências europeias não colocaram em causa o tamanho estrago que poderiam causar. Deixaram se levar pela ganância de exploração dos recursos.

na Europa, a sede por terras na África já era quase palpável. Havia algumas reivindicações conflitantes que precisavam ser resolvidas, e, obviamente, urgia impor algumas regras básicas para divisão final do bolo africano, Bismarck ofereceu-se para ser anfitrião de uma conferência diplomática, a ser realizada em Berlim, que discutiria algumas dessas questões. Para Leopoldo, a conferência era uma oportunidade a mais de reforçar sua posição no Congo (HOCHSCHILD 1999, p.94).

Fruto de uma ganância europeia e a falta de percepção, originou vários tipos de conflitos que hoje se vive no continente africano, alguns deles são os conflitos existentes na região dos grandes lagos, que apresentam-se de diversas formas, desde disputas fronteiras terrestres, recursos naturais, conflitos étnicos e culturais, que muitas vezes foram estimuladas pelo colono. Aplicando assim a política que acabaria por dividir o continente e obrigar esses países manterem relações com as suas ex-colônias. Como podemos ver nas áreas de relações internacionais em África, as colônias mantêm ligações em formas de cooperação com seus colonizadores. Como nos mostra Seitenfus.

O colonialismo europeu foi uma atividade guerreira por excelência que se materializou pela ocupação militar, tanto de terras devolutas quanto de região habitadas por sociedades consideradas inferiores, impregnado às relações internacionais com marcas indeléveis presentes na contemporaneidade. Assim por exemplo, tanto o sistema clientelismo quanto a geografia linguística e cultural das atuais relações internacionais originaram-se durante o colonialismo¹³. (SEITENFUS ,2004, p.34a.).

Esses são os frutos amargos deixados pelo sistema colonial, originando conflitos tribais de uma forma inicial, que vem marcando na história, política, econômica e sociais em África e um dos mais conhecido é o conflito no Burundi e Ruanda, sendo classificado como um conflito étnicos, porque engloba duas etnias os Tutsi e os Hutus. Joseph S. Nyer Jr, nos mostra de que forma envolve um conflito e como as partes envolvidas nas mesmas disputas são representadas.

¹³ segundo Geoffrey K. Robert (1972) citado por Celso Mello (2002, p. 175-6d), colonialismo é a prática de ocupação, pela força ou meios pacíficos, de territórios que se acha relativamente subdesenvolvido com fim de nele estabelecer elementos do Estado ocupante e empregar o território principalmente para vantagens econômicas. No colonialismo, há sempre uma política de povoamento . Em geral, a colônia é despovoada ou habitada por uma raça diferente. A colônia é sempre inferior, No imperialismo, é criada uma relação de dependência, mas alguns membros podem ter status de quase igualdade com potências imperiais, por exemplo o Canadá, no século XIX, em relação a Grã-Bretanha.

os conflitos entre os grupos étnicos costumam ser chamados de guerra étnicas, guerras em que os beligerantes se definem em parte de acordo com fundamentos culturais, tais como idioma, religião ou características semelhantes. Um grupo étnico envolve um nome de grupo, memórias históricas e símbolos compartilhados. (NYER 2009, p. 198)

Podemos relacionar esse conceito apresentado por Nyer, com um dos maiores conflitos existentes entre duas tribos na região dos grandes lagos que é a disputa entre a etnia Tutsis e os Hutus. Temos como sua gênese desse conflito no ano de 1994, quando aconteceu um dos maiores genocídios¹⁴ da história da humanidade onde foram mortas mais de 1.000.000 tutsis, morreram após o assassinato do ex-líder da tribo hutus Juvenal Habyarimana, que na volta da sua viagem da Tanzânia onde havia assinado o acordo de paz, infelizmente as coisas não correr como previsto, o seu avião foi abatido, culminando com a sua morte naquele dia.

Devido a esses acontecimentos, muitos dos sobreviventes desse genocídio foram obrigados a migrarem para os países vizinhos, tais como; o Burundi, a República Democrática do Congo e Uganda, mesmo assim se tornaram alvos de perseguições, o que foi causando conflitos em outros territórios da região dos grandes lagos.

Silva (2012) nos ilustra que os Bayamulenge (primos do sul) é o nome designado ao povo da etnia tutsis, que emigraram para a RDC propriamente na região do Kivu do Sul, grupo esse proveniente do Ruanda e do Burundi, fruto de um conflito étnico que advém desde a época colonial e a procura de melhores condições de vida. Igor Castelano da Silva narra bem a chegada dos tutsis no Kivu do sul, em uma poesia bem elaborada que exprime de uma forma simbólica o processo de migração desse povo e o início da propagação dos conflitos armados naquela região da África Austral.

soprava uma brisa quente naquela noite de inverno em Kivu sul. A selva parecia mais silenciosa do que de costume, a vila quase tão morta quanto o seu destino e o céu mais escuro do que a pele daqueles nobres homens vindos de Ruanda há algumas décadas. Haviam chegado ao local após a segunda guerra mundial europeia em busca de trabalho, querendo construir sua vida junto àquela próspera colônia. Trouxeram apenas força, família e esperança. No entanto, a situação desses últimos anos direcionou-os para o abismo. Neste país não eram considerados cidadãos. Na sua terra de origem seus irmãos foram massacrados por tribos que se diziam superiores. E agora estavam com a essência de suas vidas escorregando por entre os dedos magros da fome, da AIDS e da cólera. Mesmo com o fim dos dolorosos e recentes anos de Guerra Mundial Africana, as suas famílias ainda não estavam seguras. Isso era exatamente o que a brisa lhes preparava. À medida que a madrugada os tragava, centenas de homens

¹⁴ “... o genocídio perpetrado em 1994 em Ruanda foi a consequência em que o fator étnico se manifestava em nível de um discurso político fantasmático: apenas existia em Ruanda que uma etnia com três componentes cujas relações haviam sido etnicidades artificialmente por longos anos a ponto de adquirir o estatuto de uma verdade estabelecida...”(BEZAU, 2008, apud GHEBALI,2001, p. 31-44 b)

armados com paus e pedras invadiram a pobre aldeia e disseminaram o horror sexual entre os homens, mulheres, crianças e idosos. Quando a tormenta cedeu, não estavam mortos de corpo, mas suas almas haviam sido levadas (SILVA 2012, p. 17).

Um parágrafo narrado de forma poética, mas que Silva nos mostra bem a chegada dos Tutsis, os motivos que fizeram com que essa tribo emigrasse para outras regiões e o que lhes esperava nos espaços aonde eles foram emigrando, essa mudança que causou diversos tipos de conflitos na região da RDC. Visentini (2012) diz que a República Democrática do Congo continua sendo um campo de conflitos armados, sejam elas interna ou externa.

A disputa entre os tutsis e os hutus não parou só pela República Democrática do Congo, também acabou envolvendo nessas brigas países que fazem e os que não fazem parte da região dos grandes lagos, onde essa aliança resultou na captura dos grupos rebeldes hutus que migraram pelo Zaire(Antigo RDC) e a queda do ex- presidente Mubutu, como podemos perceber na fala do Visentini.

assim para desestabilizar Mubutu, Ruanda juntamente com os aliados Uganda e Burundi, apoiou em 1996 a ascensão e a campanha armada do grupo de Laurent Kabila, antigo partidário de Lumumba e ex guerrilheiro marxista que fora companheiro de Ernesto “Che” Guevara. A Aliança de forças Democráticas pela Libertação do Congo-Zaire (AFDL) que contou ainda com apoio de tropas angolanas, obteve êxito em 1997, firmando contratos com companhias mineradoras e bancos ocidentais antes mesmo da sua marcha até chegada à Kinshasa (VISENTINI 2012, p.144).

Visentini (2012) diz que após a vitória de Kabila sobre Mubutu e os grupos hutus, com a ajuda de outros Estados pertencente a região dos grandes lagos, o Kabila não manteve-se fiel nos acordos, acabando assim por causar uma grande ruptura com os países aliados. Essa violação do acordo tem sido nos dias de hoje uma grande problemática para a RDC, visto que o país sofre com bastante guerra, que são causados por grupos como o M23, que vem sendo financiados por países vizinhos.

O governo de Laurent Kabila, no entanto, rompeu com as expectativas dos vizinhos que o colocaram no poder. Logo após sinalizações iniciais de composição de um governo que incluía representantes de interesse externos, Kabila realizou uma inflexão autonomista e nacionalista. Expulsou as tropas ruandesas, ugandenses do país e rompeu a aliança com os tutsis vinculados ao governo de Ruanda. Ao mesmo tempo o país vizinho acusava o governo congolês de não proteger os tutsis estabelecidos no leste do país e passava a financiar a ascensão de novos grupos insurgentes. (VISENTINI 2012, p.145)

A situação de conflito cada vez mais se agrava naquela região, disputas que eram apenas local, étnicas, fronteiras e recursos naturais, que começou a se propagar para aquela região, chegando atingir os países vizinhos, tais como a RDC e o Uganda. Logo podemos notar o envolvimento de outros países em uma disputa étnica, com cunho político apoiado em um sistema Europeu que procura desestabilizar essa região, com o intuito de se aproveitar dos recursos existente nesta parte da África Austral . Bizau (2008) nos mostra como esse conflito tem devastado milhares de vida na quela parcela de África. “É o caso dos conflitos dos países dos Grandes Lagos que provocaram a morte de mais de quatro milhões de pessoas, conforme informações dos organismo internacionais especializados em conflitos”.(BIZAWU, 2008, p. 17)

6. METODOLOGIA

Com o objectivo de ter uma amplitude na recolha dos dados, para melhor elaboração da pesquisa, pretende-se utilizar o tipo de pesquisa exploratória, que tem como propósito tornar o problema mais compreensível, com uma abordagem qualitativa, pois os mesmos poderiam auxiliar no que diz respeito à recolha de informações e por ser diferente do quantitativo, o método qualitativo seja qual área for, das ciências humanas ou onde ela for aplicada, ajuda analisar os resultados encontrados no campo da pesquisa.

Os métodos qualitativos mostram uma abordagem diferente da investigação académica do que aquela dos métodos da pesquisa quantitativa. A investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados. Embora os processos sejam similares, procedimentos qualitativos baseiam-se em dados de texto e imagem, têm passos singulares na análise dos dados e se valem de diferentes estratégias de investigação (CRESWELL 2010, P. 206).

Confirmando a ideia de Creswel (2010) autores como Kauark; Manhães; Madeiros (2010), afirmam que a pesquisa qualitativa tem como finalidade compreender e interpretar um determinado fenômeno, e que o mesmo é utilizado quando o objetivo da pesquisa não é mensurar ou quantificar os resultados, mas sim, entender o porquê de tal acontecimento.

Deste modo os cientistas que adotam o método qualitativo nas suas pesquisas, pretendem clarificar o porquê das ocorrências, sem contabilizar os valores e as trocas simbólicas nem se subjugam à prova de fatos, porém explicando o que deve ser feito e podem ser abordados de diversas formas (GERHARDT ; SILVEIRA 2009).

Seguindo a luz desses autores, sobre as vantagens da aplicabilidade do método qualitativo em projeto pesquisa, o trabalho será elaborado com o método qualitativa. Numa primeira fase da pesquisa poderemos analisar bibliografias e informações que fazem menção ao assunto. Também iremos analisa a política externa de Angola, para melhor compreensão do envolvimento do país nas suas intervenções, onde poderemos avaliar livros sobre relações internacionais e história, que fazem menção a políticas externa do país, compreender como essas políticas veem partilhado mesmas ideologias com a dos outros Estados ou comunidade

que o país é membro. Assim teremos um contraste sobre a primeira intervenção feita por Angola naquele espaço e o contexto histórico sobre aquela área geográfica, desde a sua gênese até as relações que são estabelecidas.

Na segunda fase da pesquisa, será feito levantamentos de dados publicados no site, bem como publicações feitas em forma de artigos ou protocolo relacionado ao objeto de pesquisa, relatórios elaborados e publicados pelas comunidades (U.A e SADC).

Também pretende-se fazer uma análise no terreno, onde sabe-se que não será fácil, visto que dificilmente se tem o acesso às informações do governo, mas de qualquer forma quanto maior for a dificuldade de obtenção das informações sobre a temática em causa, maior é o seu interesse em ser estudado, por essa razão nos comprometemos em aceitar tais desafios e barreiras. As informações que pretende-se obter serão recolhidas através dos Ministérios de Relações Exterior da República de Angola, que atualmente encontra-se presidida pelo então Ministro Manuel Augusto, ou qualquer outro funcionário da área do ministério, disposto a colaborar na elaboração da pesquisa e será aplicado questionário sobre os participantes da pesquisa. Em que o tipo de entrevista a ser utilizado é a não-estruturada que, na luz de Gerhardt e Silveira (2009) também é conhecida como não-diretiva, na qual o participante é requisitado a dialogar abertamente acerca do assunto em pesquisa, buscando sempre a amplitude da problemática em pesquisa.

Revisão da literatura												
Elaboração da versão inicial do TCC												
Versão/correição												
Defesa da monografia												

8. REFERÊNCIAS

ANGOP. **Angola assume presidência rotativa da Região dos Grandes Lagos**, Luanda-Angola, 12 Janeiro de 2014. Disponível em:
 <http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/0/2/Angola-assume-presidencia-rotativa-Regiao-dos-Grandes-Lagos,b23ed312-4749-47d9-a9fb-1ee5fe584fe1.html > Acesso em: 26 de janeiro de 2019.

ARON, Raymond, Paz e guerra entre as nações. In:_____. **Os Sistemas Pluripolares e Os Sistemas Bipolares**. Ed. WMF Martins Fontes, São Paulo. 2002. p. 219.

BAUER, G.; TAYLOR, S. D. **Politics in Southern Africa: State and Society in Transition**. Boulder: Lynne Rienner, 2005, p. 145.

BIZAU, K. S. **O conselho de segurança da ONU e os conflitos nos Grandes Lagos: análise seletiva e interpretativa das resoluções sobre o Congo**. São Paulo: Minha Editora, 2008.

BRUNSCHWIG, Henri. A partilha da África negra. In _____. **A Conferência de Berlim**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. p. 37.

CEDEAO. **Informações básicas**. Abuja- Nigéria. Disponível em:
 <<http://www.ecowas.int/sobre-cedeao/informacao-basica/?lang=pt-pt> > Acesso em: 22 de Janeiro de 2019.

CIRGL. **Fundo: Quem nós somos**. Bujumbura-Burundi. Disponível em:
 <<http://www.icglr.org/index.php/en/background> > Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

Comunidade da África Ocidental. **Visão geral do EAC**. Arusha-Tanzânia. Disponível em: <
<https://www.eac.int/overview-of-eac> > Acesso em : 25 de janeiro de 2019.

CHOMSKY, N. Humanitarian Intervention. **Boston Review**. Volume 18, Dezembro de 1993/ Janeiro de 1994. Disponível em: <<http://bostonreview.net/BR18.6/chomsky.html>>. Acesso em: 09 fevereiro. 2019.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. In: _____. **Métodos qualitativos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 206.

DW. **Angola faz balanço positivo da liderança da região dos Grande Lagos**. Alemanha, 20 de Outubro 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/angola-faz-balan%C3%A7o-positivo-da-lideran%C3%A7a-da-regi%C3%A3o-dos-grandes-lagos/a-41041436>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2019.

ESTRADA-TANCK, E. D. Human Security and Human Rights under International Law: Crossroads and Possibilities. **Florença: European University Institute.**, Florence- Italy, p.1-31, 2010.

GERHARDT, E. Tatiana.; SILVEIRA, T. Denise. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HOCHSCHILD, Adam. **O fantasma do rei Leopoldo**: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 94.

JACKSON, Robert H.; SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais: teoria e abordagens. In: _____. **A arte de governar e a responsabilidade**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2013, p. 478.

KAUARK, F. S; MANHÃES, F. C; MADEIROS, C. H. Metodologia da pesquisa: um guia prático. In: _____. **A pesquisa**. Itabuna/Bahia: Via Litterarum, 2010. p. 25-28.

KENKEL, K. M. Global Player ou espectador nas margens? A Responsabilidade de Proteger: definição e implicações para o Brasil. **Revista da Escola de Guerra Naval.**, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/402/301> >. Acesso em 23 de fevereiro de 2019.

M´BOKOLO, Elikia; CALLENNEC, Sophie Le; BAH, Thierno (Colab.). **África Negra**: história e civilização: Tomo II (Do século XIX até nossos dias). São Paulo: EDUFBA, 2015.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. V1, 14 ed. Rio Janeiro: Renovar, 2002.

MENESES, M. P.; MARTINS, B. S. As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados. In: _____. **O Exercício Alcora no jogo das alianças secretas**. Coimbra: ALMEIDA, S.A. 2013, p. 15-18.

MEMMI, Albert. Retrato do colonizado: precedido de retrato do colonizador. In: _____. **O sentido da viagem colonial**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007, p. 37.

AMÍLCAR, Cabral. Libertação nacional e cultura. In: **Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. (Org.) SANCHES, Manuela Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 357.

NYE, Joseph S. Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial. In: _____. **Conflitos Étnicos** São Paulo: Gente, 2009. p. 198.

OBSERVATÓRIO DA ÁFRICA. **União Magreb Árabe tem comprometido seu crescimento**. 08 de Agosto de 2017. Disponível em : <https://observatoriodafrica.wordpress.com/2017/08/08/uniao-magreb-arabe-tem-comprometido-seu-crescimento/> Acessado em 01 de fevereiro de 2019.

OPPENHEIM, L. International Law: a treatise. Reading: Addison Wesley Publishing Company, 1997, p. 305.

ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA. **Ato Constitutivo da União Africana**. 11 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.au.int/en/sites/default/files/Constitutive_Act_en_0.htm>. Acesso em: 01 dezembro 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A more secure world: our shared responsibility. Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change**, A/59/565, 2 dezembro, 2004.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Relações internacionais**. Barueri: Manola, 2004.

SILVA, Igor Castellano da. Congo: a guerra mundial africana : conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a paz. In: _____. **Introdução**. Porto Alegre: CEBRAFRICA, Leitura XXI, PPGEEI-UFRGS, 2012, p. 17.

SHAH, A. **Crisis in Libya**, 04 de abril de 2011. Disponível em : <<http://www.globalissues.org/article/793/libya>> . Acesso em: 30 jan. 2019.

União Africana. **Lei Constitutiva**. 11 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.iri.edu.ar/publicaciones_iri/manual/Doc.%20Manual/Listos%20para%20subir/Africa/carta_unionafricana.pdf> . Acesso em: 23 de fevereiro de 2019.

VAN-DÚNEM, Belarmino. A SITUAÇÃO ACUTAL NA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS, 10 de Novembro de 2009 Disponível em: <http://berlarminovandunem.blogspot.com/2009/11/situacao-actual-na-regiao-dos-grandes.html>. Acesso em : 30 de Dezembro de 2018

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Os países africanos: diversidade de um continente**. Porto Alegre: Leitura XXI, CEBRAFRICA, 2012, p. 142-145.

